

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA ILHA DOS VALADARES

Raquel Lucas Mendes de Andrade ¹

Luiz Belmiro Teixeira ²

Rhayssa Gonçalves Vieira ³

Otoniel Rodrigues Silva ⁴

RESUMO

Este relato de experiência visa apresentar vivências e reflexões que ocorreram durante a disciplina de Estágio Supervisionado, que teve como campo o Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes, localizado na ilha de Valadares, no município de Paranaguá-PR. Analisamos os impactos das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo, da implantação do Novo Ensino Médio. O trabalho seguiu metodologia qualitativa, baseando-se em estudos bibliográficos e observação de campo, utilizando como principal referência o trabalho de Silva (2019) sobre a Reforma do Ensino Médio, e a proposta metodológica de Antônio Cândido, de realizar uma sociologia da escola. A partir da observação do contexto da ilha, e do espaço interno da escola, foi possível identificar as dificuldades estruturais que impactam diretamente a dinâmica de aprendizagem, mesmo com a recente reforma das instalações. A escola oferece o Ensino Médio exclusivamente no período noturno, limitando o acesso dos estudantes ao direito à educação. Esse cenário compromete a adaptação ao modelo curricular do Novo Ensino Médio, e dificulta a formação crítica e integral dos estudantes, conforme preconizado pelos parâmetros educacionais. Realizamos entrevistas com professores, estudantes e comunidade, questionando a avaliação destes sobre o Novo Ensino Médio e as políticas educacionais do Paraná, como a plataformização. A plataformização da educação em curso no estado, restringe a atuação dos professores, limitando seu papel de mediador entre os estudantes e os conteúdos. Após nossas observações concluímos que, apesar das melhorias na estrutura física, a escola ainda enfrenta grandes desafios em termos de tecnologia, infraestrutura e diversificação curricular, afetando a formação integral dos estudantes e a construção de uma educação que se alinhe com as necessidades sociais e pedagógicas da comunidade da Ilha dos Valadares.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Novo Ensino Médio, Plataformização, Paranaguá.

INTRODUÇÃO

A Ilha dos Valadares, localizada na baía de Paranaguá, litoral do Paraná, destaca-se como uma importante área de preservação das tradições caiçaras e, simultaneamente, o maior

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais, do Instituto Federal do Paraná (IFPR- Campus Paranaguá) raquel.lucasmendes@gmail.com;

² Doutor em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) luiz.teixeira@ifpr.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Ciências Sociais, do Instituto Federal do Paraná (IFPR - Campus Paranaguá); rhayssagoncalves11@gmail.com ;

⁴ Doutor em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), otoniel.silva@ifpr.edu.br;

bairro populacional do município. Suas terras pertenceram à União até 2021, quando foram oficialmente integradas ao município de Paranaguá. Até a década de 1990, o único meio de acesso à ilha era por embarcações, pois ela se encontrava separada do continente, sendo os rios Itiberê e Correias as barreiras naturais. Durante muitos anos, a única conexão física com o continente era uma passarela destinada a pedestres, utilizada também por veículos oficiais, o que restringia o transporte e a mobilidade da população local.

Uma mudança significativa ocorreu em 20 de setembro de 2024, com a inauguração de uma ponte que passou a conectar a ilha ao continente, permitindo o trânsito de veículos. Antes disso, os moradores dependiam de um sistema de balsas, cujo funcionamento estava condicionado ao nível do Rio Itiberê, muitas vezes dificultando o transporte conforme as variações nas condições do rio.

Nesse contexto, o Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes desempenha um papel central na comunidade da Ilha dos Valadares, sendo a única instituição educacional da região a oferecer tanto os anos finais do Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. Fundada em 1926, a instituição passou por diversas transformações ao longo dos anos, refletindo as mudanças nas políticas educacionais brasileiras. inicialmente designada Escola Mista de Valadares, em 1953 seu nome foi alterado para Grupo Escolar Valadares, posteriormente mudando para Grupo Escolar Cidália Rebello Gomes, em homenagem à sua primeira professora que resistiu e persistiu nas adversidades para lecionar na ilha. O colégio ocupa seu prédio atual desde 1973 e, em 2004, passou a oferecer o Ensino Médio de forma gradativa, sendo oficialmente reconhecido como Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental e Médio em 2005.

A instituição atende estudantes da Ilha dos Valadares, oriundos de três escolas municipais e duas escolas particulares localizadas na própria ilha. A maioria dos pais e responsáveis pelos estudantes trabalham no continente, atuando em setores como comércio, serviços portuários, turismo e funcionalismo público. Além disso, alguns moradores da ilha ainda se dedicam à pesca e, em menor escala, ao artesanato, refletindo a preservação da tradição caiçara na região.

O Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes possui 45 turmas distribuídas entre os turnos da manhã, tarde e noite. No período matutino, há 15 turmas, totalizando 576 estudantes matriculados. No turno vespertino, também há 15 turmas, com 360 matrículas. No período noturno, o colégio oferece duas turmas de ensino fundamental: o 8º ano, com 27 estudantes, e o 9º ano, com 36 estudantes. O ensino médio noturno conta com cinco turmas do 1º ano, somando 193 estudantes; quatro turmas de 2º ano, com 139 estudantes; e quatro turmas do 3º



ano, com 156 estudantes totalizando 488 matrículas no ensino médio noturno. O colégio conta com 76 professores, que trabalham nos três turnos: manhã, tarde e noite.

A restrição na oferta do Ensino Médio apenas no turno noturno dificulta o acesso de jovens que preferem estudar durante o dia, forçando muitos a buscar instituições fora da ilha. Essa situação implica em deslocamentos longos, afetando a qualidade de vida dos estudantes e, em alguns casos, contribuindo para o abandono escolar.

A diversidade de atividades econômicas dos responsáveis influencia a vida escolar dos estudantes, que, apesar da proximidade com o continente, enfrentam uma realidade própria da comunidade insular, onde as tradições locais e a dependência econômica do continente coexistem com o desenvolvimento educacional proporcionado pela única instituição de ensino médio da ilha.

É, então, a partir das experiências vivenciadas e das reflexões construídas durante os Estágios Supervisionados I e II, disciplinas obrigatórias do curso de Ciências Sociais no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Paranaguá, que foi desenvolvido o presente relato, com foco na análise dos impactos das políticas educacionais contemporâneas, especialmente a implementação do Novo Ensino Médio, no Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes. Este relato busca examinar como as mudanças curriculares e pedagógicas são percebidas e sentidas pela comunidade escolar da Ilha dos Valadares, destacando os desafios e as potencialidades desse processo de transformação educacional, com ênfase nas adaptações às novas demandas formativas e à realidade local.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo foi baseada em uma abordagem exploratória e descritiva, que conforme Gil (1991), possibilitam ao pesquisador maior familiaridade com o problema. Foi nesta perspectiva metodológica que buscamos compreender a implementação do Novo Ensino Médio e seus impactos na realidade educacional do Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes, localizado na Ilha dos Valadares, Paranaguá-PR. As etapas metodológicas seguiram o percurso dos Estágios Supervisionados I e II, proporcionando uma visão detalhada da escola, a partir da análise de suas estruturas físicas, pedagógicas e de sua relação com a comunidade insular.

A coleta de dados envolveu duas principais técnicas: a observação participante e as entrevistas estruturadas. Durante o Estágio Supervisionado I, foi realizada uma visita técnica à escola, na qual se procurou observar as condições físicas da instituição, como acessibilidade,

recursos pedagógicos disponíveis, e a organização interna das aulas, com foco nas adaptações ao Novo Ensino Médio. O objetivo desta fase foi compreender as implicações diretas das reformas educacionais no cotidiano da escola e dos alunos. A observação se deu em visitas agendadas anteriormente, possibilitando um acompanhamento atento às dinâmicas escolares e aos desafios estruturais enfrentados pela instituição. Os Estágios Supervisionados ocorreram no período de 07 de agosto de 2024 a 09 de janeiro de 2025. No Estágio Supervisionado I, foi realizada uma visita técnica ao colégio, com o objetivo principal de observar sistematicamente as estruturas físicas, organizacionais e pedagógicas da instituição, bem como seu entorno. No Estágio Supervisionado II, as atividades incluíram entrevistas estruturadas com professores, estudantes, equipe pedagógica e outros membros da comunidade escolar, investigando a aplicação do Novo Ensino Médio, com foco na implementação da reforma educacional.

No Estágio Supervisionado II, foi conduzida uma série de entrevistas estruturadas com diferentes membros da comunidade escolar, incluindo professores, estudantes, equipe pedagógica e representantes da comunidade local. As entrevistas tiveram como foco a implementação das novas diretrizes curriculares e a percepção dos diferentes agentes educacionais quanto aos impactos do Novo Ensino Médio na realidade da escola. Buscamos identificar como as transformações propostas nas políticas educacionais estão sendo recebidas e vivenciadas no dia a dia escolar. Essas entrevistas foram realizadas com base em um roteiro previamente elaborado, que abordou questões relativas à plataformização da educação, ao engajamento dos estudantes e ao papel da escola como um espaço de coesão social.

Além das observações e entrevistas, foi realizada uma análise documental, baseada em referenciais teóricos que discutem as reformas educacionais recentes, com destaque para Silva (2018), que aborda a reforma do Ensino Médio no Brasil. Por fim, utilizamos como base metodológica a proposta de Antônio Candido (1995) sobre a sociologia da escola, que considera o ambiente escolar como um espaço sociocultural dinâmico, onde as relações entre os diversos agentes educacionais refletem as potencialidades do contexto social. Essa perspectiva nos permitiu entender o colégio não apenas como um local de ensino, mas como um espaço de integração e resistência da comunidade da Ilha dos Valadares frente às políticas educacionais em vigor.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei nº 13.415/2017, propõe uma flexibilização do currículo, permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos com

base em seus interesses, mas ao mesmo tempo, excluindo a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia e Filosofia. Almeida (2022) sugere que uma reforma favoreceu “*a voracidade do mercado e os grupos em processo de crescimento, como a Kroton*” (p. 113), uma das maiores redes privadas de educação do país. A centralização das mudanças e a exclusão de disciplinas humanísticas têm gerado debates sobre a qualidade da formação dos estudantes e sobre o papel da educação na formação crítica.

A Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplos de políticas que, embora busquem modernizar a educação, levantam questões sobre sua eficácia na promoção da equidade. Segundo Almeida (2022), a reforma parte da premissa de que “*o aluno não aprende porque a escola não ensina; portanto, a culpa pela falta de aprendizado é da escola – leia-se, do professor*” (p. 120). Isso tem gerado um ambiente de avaliação e controle constante sobre as escolas e os professores, o que pode comprometer a qualidade da educação ao priorizar metas quantitativas, em vez de promover uma formação integral e inclusiva.

A proposta de flexibilização do currículo, embora tenha como objetivo permitir que os estudantes escolham itinerários formativos com base em seus interesses – nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além do ensino técnico e profissionalizante – também trouxe à tona contradições científicas, que desafiam a efetividade dessa proposta em termos de equidade educacional, acesso ao conhecimento e formação integral dos estudantes.

A flexibilização curricular, apesar de ser apresentada como um avanço em termos de autonomia dos estudantes, encontra limitações estruturais e desigualdades regionais. Silva (2018) observa que a reforma intensifica as desigualdades ao delegar às redes de ensino a responsabilidade por decidir quais itinerários serão oferecidos. Isso resulta em escolas com menos recursos oferecendo menos opções, o que dificulta uma escolha real para os estudantes, comprometendo o direito a uma formação ampla e integral, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96).

A falta de um itinerário formativo universal prejudica a formação dos jovens em áreas fundamentais para o desenvolvimento crítico e científico. Silva (2018) argumenta que a reforma “*nega aos estudantes o direito a uma formação básica completa e comum a todos*” (p. 2), fragmentando o currículo e dificultando o acesso equitativo ao conhecimento.

Embora a flexibilização curricular tenha sido proposta como uma forma de ampliar as possibilidades de escolha, sua implementação revela contradições. A oferta dos itinerários formativos depende da infraestrutura e dos recursos disponíveis em cada escola, o que resulta

em desigualdades regionais e limita o direito de escolha para muitos estudantes, especialmente em instituições públicas com menor investimento. Essa realidade levanta questões sobre a efetividade da reforma em garantir a equidade no acesso à educação.

Silva (2017) aponta que a implementação do Novo Ensino Médio reforça a hierarquização do conhecimento escolar, fragmentando o currículo e restringindo a formação integral dos estudantes. Segundo a autora, *“o fatiamento do currículo em áreas ou ênfases leva à privação do acesso ao conhecimento, bem como às formas de produção da ciência e suas implicações, políticas e estéticas”* (p. 7), também observa que a atual configuração do Ensino Médio no Brasil representa um retrocesso, pois limita o direito dos jovens a uma formação ampla e comum. A autora destaca que o modelo adotado *“resulta na precarização da formação, negando aos estudantes a possibilidade de acesso a um conhecimento mais amplo e aprofundado”* (p. 7).

Outro ponto de tensão gerado pela reforma diz respeito à incompatibilidade entre a nova estrutura curricular e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é o principal meio de acesso ao ensino superior no Brasil. Enquanto a reforma permite que os estudantes se aprofundem em áreas específicas, o ENEM continua cobrando conhecimento de todas as disciplinas de maneira generalista.

Essa contradição gera desigualdades estruturais, pois estudantes que cursam itinerários com menor ênfase em determinadas disciplinas ficam em desvantagens no ENEM. Silva (2018) argumenta que esse modelo *“impede a equidade no acesso ao ensino superior, uma vez que restringe a formação de determinados grupos ao que foi oferecido pelas suas escolas”* (p. 9). Assim, a promessa de um ensino mais personalizado e adequado aos interesses dos estudantes acaba sendo limitada por um modelo de avaliação que exige uma formação ampla e padronizada.

No Paraná, a aplicação dessa reforma foi acelerada e não contou com a ampla consulta às comunidades escolares, obrigando a adaptação dos professores e aulas ao novo modelo. A reformulação curricular priorizou itinerários formativos voltados para as demandas do mercado de trabalho, reforçando uma visão pragmática da educação, mas negligenciando sua dimensão formativa integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura física do Colégio Cidália Rebello Gomes chama atenção por sua ampla área, além das recentes reformas e construções que ainda estão por finalizar. A instituição é

extremamente limpa e esteticamente agradável, gerando uma sensação de bem-estar. No entanto, algumas áreas ainda requerem atenção, especialmente no que diz respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência. Apesar da existência de rampas e piso tátil direcional, a falta de banheiros adequados para PCDs e a necessidade de mais pisos evidenciam a importância de investimentos contínuos para garantir a inclusão plena de todos os estudantes. As salas de aula são de tamanho razoável, as carteiras são bem acomodadas e permitem a circulação do professor entre as fileiras, e a escola ainda não possui laboratórios específicos. A oferta do Ensino Médio no período noturno compromete tanto a implementação de um currículo mais diversificado quanto a introdução das novas tecnologias previstas na reforma.

Durante a pandemia de COVID-19, as aulas foram adaptadas para o formato remoto, utilizando plataformas digitais como Google Classroom e Google Meet, além da distribuição de trilhas de aprendizagem impressas. Em outubro de 2021, as aulas presenciais foram retomadas e, em 2022, o colégio implementou o Novo Ensino Médio, com a inclusão de disciplinas como Projeto de Vida, Pensamento Computacional e Educação Financeira. No ano seguinte, novos componentes foram incorporados à matriz curricular, incluindo Liderança e Ética, Oratória, Práticas Esportivas, Robótica I, Programação I, Biotecnologia, Mídias Digitais, Processos Criativos e Empreendedorismo.

Atualmente, as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio já estão consolidadas, com quatro itinerários formativos: Área de Linguagens e suas Tecnologias, Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Área de Matemática e suas Tecnologias (Projeto Político Pedagógico, 2023). Com essa organização, os estudantes que ingressam no primeiro ano do Ensino Médio escolhem as suas áreas de interesse, com a possibilidade de alteração. A possibilidade de adesão ao projeto de escola cívico-militar foi considerada, porém, a ideia foi logo descartada, pois o colégio atende um grande público noturno inviabilizando o projeto.

O Novo Ensino Médio na Escola Cidália Rebello Gomes trouxe mudanças profundas que estão sendo sentidas tanto pelos professores quanto pelos estudantes e a comunidade. O seu processo de implementação gerou uma série de reações que refletem o impacto da reforma nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na dinâmica escolar, especialmente em uma instituição que já enfrenta desafios estruturais. Durante as observações e entrevistas, ficou claro que as opiniões sobre as mudanças variam, mas há um consenso em torno das dificuldades práticas impostas pela reforma.



Um dos principais pontos de crítica está relacionado ao material didático utilizado. Conforme o Entrevistado 1, há uma padronização do ensino que afeta diretamente a autonomia docente: “Tome, siga essa cartilha. A questão é que não sabemos de onde vem, qual pedagogia. O que parece é que o governador não quer que crie maneiras do estudante pensar.” Essa declaração reflete uma insatisfação com a imposição de conteúdos sem uma contextualização pedagógica clara, o que, segundo ele, transforma o professor em um mero executor de diretrizes, sem espaço para uma abordagem crítica ou adaptativa às necessidades dos estudantes. Esse distanciamento entre as diretrizes oficiais e a realidade escolar, aliado à falta de diálogo, compromete o processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto mencionado pelo Entrevistado 1 é a questão da sobrecarga de trabalho dos docentes. A ampliação da carga horária, proposta pelo Novo Ensino Médio, veio sem o correspondente aumento de infraestrutura ou apoio pedagógico adequado: “Uma das mudanças é compensar a carga horária.” No entanto, ele também enfatiza que isso gerou maior pressão sobre os professores, sem oferecer condições adequadas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade: “Para um bom ensino é preciso fixar o professor e remunerar. Como ser um bom professor sem um plano de carreira?” A falta de uma política de valorização docente afeta diretamente a motivação e o compromisso com a inovação pedagógica, além de impactar qualidades do ambiente escolar como um todo.

Já o Entrevistado 2 relatou sobre as consequências da reforma em termos de reprovação e financiamento. Ele menciona que, na dinâmica atual, manter baixos índices de reprovação se tornou uma prioridade, não necessariamente por razões pedagógicas, mas por questões orçamentárias: “Você tem o índice de reprovação baixíssimo, porque se aumentar não vem verba de fora para cá.” Esta declaração levanta questionamentos sobre a qualidade do ensino e sobre como as políticas educacionais estão sendo orientadas para garantir recursos financeiros, muitas vezes em detrimento de uma formação de qualidade. O entrevistado também expressou preocupação com a preparação abrangente dos estudantes para exames nacionais, como o ENEM: “O ENEM permanece conteudista, mas é só lá. Aqui, a realidade é outra.”

Um aspecto relevante levantado pelo Entrevistado 3 é a questão da autonomia pedagógica e a necessidade de atualização dos docentes para acompanhar as novas demandas trazidas pelo Novo Ensino Médio. Ele ressalta que, embora os professores tenham agora maior liberdade para integrar os itinerários formativos e novas tecnologias ao ensino, isso só

será eficaz se houver **capacitação contínua e apoio estrutural**. “A contribuição do Novo Ensino Médio para os professores pode ser encarada de várias maneiras, principalmente por desafios e oportunidades: necessidade de atualização e capacitação, autonomia pedagógica, integração com novas tecnologias.” Esta análise evidencia que, para que a implementação seja bem sucedida, é essencial que haja investimento na formação de professores e numa infraestrutura tecnológica que permita o uso eficaz das novas ferramentas de ensino.

Com essa visão, o Entrevistado 3 oferece um panorama que vai além das críticas à implementação, apontando tanto as potencialidades quanto às lacunas que precisam ser preenchidas para que a reforma realmente alcance seus objetivos. Contudo, ele também destaca que, sem uma atenção cuidadosa aos aspectos estruturais e ao desenvolvimento profissional dos docentes, a reforma pode acabar aprofundando desigualdades já existentes no sistema educacional, especialmente em escolas como o Colégio Cidália Rebello, que já enfrenta desafios significativos em termos de recursos, infraestrutura e localização.

O Entrevistado 4, por sua vez, completa essa análise ao indicado sobre as consequências da plataformização do ensino, uma tendência crescente no Novo Ensino Médio que utiliza plataformas digitais para a entrega de conteúdos. Para ele, esse modelo tem vários efeitos problemáticos, especialmente no que diz respeito à exclusão digital: “A plataformização da educação tem vários efeitos problemáticos. Primeiramente, ela desconsidera a realidade das escolas públicas, onde muitos alunos não têm acesso adequado à internet ou a dispositivos eletrônicos. Isso gera uma exclusão digital dentro do próprio ambiente escolar. Além disso, ao substituir o professor por conteúdos padronizados em plataformas, há um empobrecimento do ensino, pois o aprendizado se torna mecânico e baseado na reprodução, sem espaço para a construção coletiva do conhecimento.” Além disso, o professor critica a reorganização curricular do Novo Ensino Médio, destacando que algumas disciplinas perderam espaço na série, como é o caso da Sociologia, que muitas vezes está incorporada em componentes curriculares mais genéricos, como “Projeto de Vida” e “Liderança e Ética”. Para ele, essa reformulação prejudicou a formação crítica dos estudantes, comprometendo seu entendimento sobre temas fundamentais para a cidadania: “O aprendizado no Novo Ensino Médio se tornou mais fragmentado. Como os itinerários não são bem estruturados e muitos professores acabam lecionando disciplinas para as quais não foram devidamente preparadas, o nível de aprofundamento dos conteúdos tardios. Além disso, os estudantes frequentemente relatam dificuldades com os itinerários, pois muitas vezes acabam escolhendo trajetórias sem entender

aprendizado. Ao mesmo tempo, a urbanização crescente da região impacta a dinâmica cultural da comunidade, trazendo novos desafios para a escola na conciliação entre tradição e modernidade.

A conexão entre as mudanças estruturais do colégio e as transformações sociais da Ilha dos Valadares evidencia a necessidade de um olhar atento às especificidades locais. A educação deve ser capaz de equilibrar a inovação pedagógica com a valorização da cultura e identidade da comunidade, garantindo um ensino inclusivo e contextualizado.

Em suma, o Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes exemplifica como a educação pode se transformar e se adaptar a realidades em constante mudança. Sua trajetória de resistência e renovação reafirma a importância de políticas educacionais que considerem as particularidades regionais e promovam um ambiente escolar que atenda tanto às demandas contemporâneas quanto à preservação da identidade local. Mais do que uma instituição de ensino, a escola é um reflexo das lutas e conquistas da comunidade, e seu fortalecimento contínuo é essencial para garantir um futuro promissor aos jovens da Ilha dos Valadares.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **O papel do estudo sociológico na escola da sociologia educacional**. Anais..., São Paulo, s.n., 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 739-760, 2009.

SILVA, Mônica Ribeiro da. O Ensino Médio Reformado: perguntas e respostas, tensões e proposições. In: FEIJÓ, G. V.; SILVA, T. F. (Orgs.) **Ensino e Pesquisa em História e Humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: desafios e perspectivas. Brasília: IFB, 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (Orgs.) **Políticas educacionais no Brasil pós-golpe**. Porto Alegre: IPA, 2018.

